

UNIÃO DE PORTO ALEGRE – EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A
CNPJ - 02.510.700/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO – EPTC, referentes ao exercício de 2019.

A Empresa

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC teve sua criação autorizada pela Lei 8.133, de 13 de janeiro de 1998, em atendimento ao constante na Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro. No dia 03 de abril de 1998 foi devidamente constituída a Empresa que passou a exercer as suas atividades a partir desta data, tendo por objeto:

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC tem por objeto a operação, controle e fiscalização do Sistema de Transporte Público e de Circulação, em especial, a fiscalização do trânsito e a gestão da Câmara de Compensação Tarifária – CCT do serviço de transporte coletivo, sempre em observância aos dispositivos da Lei 8.133/1998.

A EPTC está subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim) e ao Secretário Extraordinário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A declaração da missão, visão e valores da EPTC compõem o elemento da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa.

Missão:

- Gerir a mobilidade urbana com qualidade, segurança e eficiência.

Visão:

- Consolidar a cidade de Porto Alegre como referência em mobilidade humana.

Valores:

- Cordialidade: relacionar-se com urbanidade, disponibilidade, harmonia e equilíbrio nas suas interações com os usuários, colegas e sociedade em geral.
- Responsabilidade: portar-se com profissionalismo e ética, adotando uma postura de prestador de serviços e solucionador de problemas, a fim de fortalecer a credibilidade da empresa.
- Melhoria contínua: atuar com eficiência e eficácia na promoção de uma mobilidade segura, por meio do trabalho integrado e da valorização do funcionário, com foco nos resultados para a sociedade.

A EPTC, portanto, é instrumento de efetivação da política pública de mobilidade urbana na medida em que mantém seus recursos orientados a sua finalidade que é gerir da melhor forma o trânsito e o transporte na cidade de Porto Alegre, integrando os diversos modais existentes.

NOMINATIVA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente, Fabio Berwanger Juliano; Diretora Administrativa e Financeira, Milene Fontanella Hartmann; Diretor de Operações, Paulo Roberto da Silva Ramires e Diretor Técnico Marcelo Hansen.

PERFIL DA EMPRESA

A EPTC é uma Empresa Pública, vinculada ao Governo Municipal, com capital 100% público, que tem por acionistas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (99,99 %), e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (0,01%).

A estrutura administrativa da EPTC está disponível no sítio da empresa.

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/>

Mensagem da Administração

A EPTC busca cada vez mais integrar conceitos modernos e exitosos de mobilidade e educação, sejam eles teóricos ou práticos já desenvolvidos e aplicados em diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo, buscando ferramentas tecnológicas como parceiras indispensáveis da mão de obra de seus funcionários na consecução de suas atividades diárias.

Em 2019 a Empresa já trabalha com ideias mais avançadas em níveis mundiais na área de mobilidade, executando ações voltadas à mobilidade humana, sendo este um conceito mais atual do que o até então utilizado de mobilidade urbana, trazendo as pessoas para o foco das atividades pensadas e executadas.

Dentre as ideias e ações implementadas pela EPTC encontram-se aquelas que estão voltadas para a Educação no Trânsito. Vejamos:

- Ações de Educação para a Mobilidade:** ações centradas nos projetos voltados à Educação para a Mobilidade, com atividades apresentadas e desenvolvidas nas escolas e locais públicos e ainda nos centros de treinamento de empresas, buscando aparelhar a população com elementos que tragam maior segurança nos seus deslocamentos diários. O Programa Permanente de Educação para o Trânsito é resultado de planejamento, desenvolvimento e execução de programas e projetos voltados aos diferentes públicos, utilizando linguagens adequadas às faixas etárias e contemplando diversos segmentos da sociedade. Como foco das ações estão os públicos mais vulneráveis aos riscos de atropelamentos e mortes na cidade, que hoje são os idosos e os motociclistas. Os dados coletados, e que são utilizados para os estudos e direcionamento do trabalho, são provenientes do Programa Vida no Trânsito, que tem o papel de analisar cada caso de acidente fatal na cidade e mapear o perfil das vítimas e os locais dos acidentes. Dentre os projetos desenvolvidos ao longo de 2019 podemos citar:

Projeto Escola Amiga da EPTC; Projeto Empresa Amiga da EPTC; Projeto Universidades; Projeto CFC Amigo da EPTC; Projeto de Bike para o Trabalho; Projeto Pedestre Idoso; Projeto Educação Social; EPTC EDUCA. Programas Especiais: Semana Nacional do Trânsito, Seminário Nacional do Trânsito, EPTChE, Seminário Desafios da Mobilidade Segura no Envelhecimento, Programa Vida no Trânsito, Programa Motociclista Seguro e Maio Amarelo e Prêmios EPTC: Prêmio EPTC de Educação para o Trânsito e Desafio Microrrevoluções Urbanas, e nossa plataforma em EAD com cinco cursos: Pedalando com Segurança; Curso de Direção Defensiva; Multiplicadores de Educação para o Trânsito; Curso Motociclista Consciente; Curso para Professores Multiplicadores de Educação para o Trânsito e Pedalando com Segurança PRO.

Para mais informações e detalhes nos seguem os links abaixo onde descrevem em números os projetos.

EAD EPTC - https://eptc.eadplataforma.com/
Serviços Educação EPTC, site em construção: https://sites.google.com/view/servicoseduc/paginainicial
Dados Educação no site EPTC transparente: https://eptctransparente.com.br/educacao

No seguimento da aplicação destas novas ideias a EPTC também vem implantando projetos de engenharia pautados no conceito de “Ruas Completas” e “Cidades Inteligentes” (smart cities). Nessa abordagem a mobilidade e acessibilidade da população são pensadas buscando equilibrar a distribuição do espaço urbano para o deslocamento de todos, priorizando os modos de deslocamentos não motorizados, também conhecidos com ativos, e de priorização do transporte coletivo. Um exemplo desse trabalho é a implantação de projeto de faixa exclusiva para os ônibus que também contempla a implantação de ciclovia, novas travessias e demarcação de áreas exclusivas para pedestres. Tudo isso com a redistribuição do espaço existente, revendo os locais destinados à circulação e estacionamento de veículos na via pública. Outro exemplo a se destacar é a implantação da Rua Completa na João Alfredo, onde foi utilizada a técnica de urbanismo tático para a implantação da primeira etapa, com sinalização viária e mobiliário urbano, gerando um ambiente mais seguro aos pedestres, criando novas áreas de convivência que estimulam a interação entre os moradores, comerciantes ou visitantes e tornando a região mais atraente para um tipo de comércio diurno e diversificado. A sua implantação contemplou a consulta e o engajamento da comunidade, com oficinas e doação de mobiliários construídos por alunos da Fundação Pão dos Pobres.

Cabe salientar que a empresa se empenha na preservação da vida no trânsito, com a segurança viária pautando os projetos de sinalização, ações educativas, de operação e fiscalização. Resultado disso é a redução dos índices de mortes no trânsito nas vias do município ao longo dos últimos anos. Em 2019 foi igualado o recorde de menor número de mortes, 75 ao longo do ano, já obtido em 2018, atingindo a redução proposta pela ONU na Década de Ações pela Segurança no Trânsito 2011 – 2020. Nesse aspecto, Porto Alegre tem uma participação destacada no Programa Vida no Trânsito (PVT), iniciativa do Governo Federal, sendo considerada referência na coleta e análise dos comportamentos e fatores contributivos associados aos acidentes que envolvem vítimas fatais. A riqueza de informações e análises subsidiam a tomada de decisão em ações de preservação da vida. Os projetos “Pedestre Idoso” e “Motociclista Seguro”, que tem como público alvo os dois grupos que mais perdem a vida no trânsito, foram desenvolvidos a partir dos resultados das análises do PVT e contemplam ações como campanhas de divulgações, seminários, cursos, palestras, treinamentos, material de comunicação e apoio a rede básica de saúde. O programa tem caráter interdisciplinar e reúne diversos órgãos do município e do estado, assim como a universidade e parceiros privados.

ÍNDICE DE MORTES NO TRÂNSITO por 100 mil habitantes					
Ano	Total Vítimas Fatais	Pedestres	Motorista e Ocupante	Motociclistas (condutor e carona)	Ciclista
2015	6,8	2,8	2,0	1,8	0,2
2016	6,2	2,8	1,4	1,8	0,3
2017	6,1	3,0	0,7	2,4	0,1
2018	5,1	2,0	0,9	1,6	0,5
2019	5,1	2,2	0,5	2,2	0,2

Fonte: Cadastro de Acidentes de Trânsito - CAT/EPTC e Estimativa da População/ IBGE por ano.

Destacam-se as principais medidas adotadas pela EPTC na qualificação da mobilidade urbana em Porto Alegre:

- Projeto de Priorização do Transporte Coletivo:** Mapeamento e diagnóstico dos principais gargalos do transporte público no trânsito da cidade, resultando em um pacote de projetos para ampliar em 22 quilômetros de faixas exclusivas para o transporte coletivo. Somado a isso, avaliação e implantação de melhorias pontuais para redução dos tempos de deslocamento e aumento da confiabilidade do sistema.
- Redução da tarifa do ônibus:** elaboração, em conjunto com o Secretário Extraordinário de Mobilidade (SEMOB), do Projeto Transporte Cidadão, com objetivo de reduzir o valor da passagem de ônibus em Porto Alegre. São cinco Projetos de Lei que contemplam Tarifa de Uso do Sistema Viário (tarifa aos aplicativos de transporte), Extinção da taxa da Câmara de Compensação Tarifária, Tarifa de Congestionamento (tarifa à circulação de veículos particulares), redução gradual de cobradores e Taxa de Mobilidade Urbana (taxa aos empregadores, isentando a tarifa aos trabalhadores CLT). Soma-se a isso o trabalho das equipes de planejamento do transporte público na avaliação da oferta de ônibus para atendimento da demanda, revisando e atualizando itinerários e tabelas horárias rotineiramente buscando o equilíbrio entre oferta e demanda.
- Projeto ITS ônibus:** Implantação, em 2019, de GPS, viabilizando o monitoramento da operação e o sistema de informação ao usuário (Aplicativo TRI), e dos equipamentos de reconhecimento facial junto ao validador, evitando fraudes na utilização de cartões TRI do sistema, em 100% da frota. O sistema de transporte também possui, parcialmente, circuito fechado de TV (CFTV) com 4 a 6 câmeras na parte interna dos veículos. Assim, é oferecido um sistema de transporte mais seguro, eficiente e atraente ao passageiro por meio do monitoramento da operação do transporte em tempo real, instalação de câmeras de monitoramento dentro dos ônibus e disponibilização de aplicativo para que os passageiros acompanhem a previsão de chegada do seu ônibus em tempo real.
- Manutenção e ampliação da rede cicloviária:** Elaboração de projetos para adequações em ciclovias existentes e projetos de novos trechos de infraestrutura cicloviária. Em 2019 houve grande esforço da equipe para a elaboração dos projetos a serem implantados com recursos do programa de financiamento do Programa Avançar Cidades – Mobilidade, do Governo Federal. A determinação dos locais e fiscalização da implantação de ciclovias por meio de contrapartidas ou mitigação de instalação de Pólos Geradores/Atratores de Tráfego é mais uma forma de ampliação da malha cicloviária.
- Regulamentação do compartilhamento de bicicletas e patinetes:** No início de 2019, chegaram a Porto Alegre as bicicletas e patinetes elétricas compartilhadas sem estação. As empresas operadoras do serviço iniciaram piloto através do decreto de testes de soluções inovadoras. Ao longo do ano, os equipamentos caíram no gosto da população, que aderiu de forma maciça. Porém, era necessário regulamentar o uso com regras claras. Para tanto, foi observado o período de testes e foram ouvidos os mais diversos especialistas na matéria tanto do Brasil quanto de outros países. Em setembro, foi publicado o decreto regulamentador do serviço, visando dar segurança aos cidadãos nas ruas e aos usuários do serviço, bem como manter a cidade atraente para as empresas.
- Parklets:** A empresa também coordena o processo de licenciamento de

instalação de parklets na cidade, com objetivo de valorizar o espaço urbano, incentivando a vida e o convívio ao ar livre das pessoas em áreas públicas.

- Projetos de Sinalização e Segurança Viária:** O corpo técnico do planejamento da mobilidade desenvolve anualmente centenas de projetos de redutores de velocidade, travessias de pedestres, reordenamento de fluxos veiculares, redução de conflitos viários, diagnósticos e análises para reconfiguração das interseções e travessias de pedestres semaforizadas, gestão das áreas de estacionamento, ampliação de áreas para pedestres, instalação de equipamentos eletrônicos de controle e redução de velocidade (pardais e lombadas eletrônicas) e requalificação da sinalização viária em geral, com foco na segurança viária.

- Qualificação e manutenção da sinalização viária e mobiliário urbano:** Realização de serviços rotineiros de implantação, manutenção e qualificação de sinalização viária e do mobiliário urbano ligado à mobilidade. Destaque para a participação do grupo de força tarefa da Prefeitura na revitalização e qualificação de terminais e estações do transporte coletivo, realizando a troca da iluminação por lâmpadas a LED.

- Modernização e qualificação do parque semafórico:** com uma rede semafórica 100% com iluminadores a LED, a EPTC vem ampliando a utilização de nobreaks para evitar o desligamento dos equipamentos em caso de ausência de energia elétrica. Hoje já são 40 equipamentos instalados atendendo a 80 pontos semaforizados. A equipe de sinalização semafórica também desenvolveu nobreaks móveis para utilização eventual em pontos que ainda não possuem o equipamento fixo. Porto Alegre possui instalado o SCATS, sistema semafórico inteligente com atuação em tempo real, e em 2019 foi realizado chamamento público para o teste de novas tecnologias restando uma empresa habilitada no processo. O início dos testes deve ocorrer após as medidas de prevenção à COVID-19.

- Área Azul Digital:** A atualização de todo o parque de estacionamento rotativo pago foi entregue em março de 2019, totalizando cerca de 4.200 vagas. O novo sistema inclui terminais sustentáveis, com painéis solares para recarga das baterias, conectados à rede com tecnologia 3G, para pagamento e ativação de tíquetes virtuais de área azul através de cartões de crédito e débito, moedas e cartão pré-pago. A plataforma digital também conta com aplicativo para compra de créditos e ativação dos tíquetes com apenas três toques na tela do smartphone, além de site que possibilita pagamento com cartão de crédito e boleto bancário. Complementando as facilidades, o sistema permite a ativação por ligação 0800 ou mensagem SMS. Também coletam pagamento em dinheiro os monitores da empresa concessionária, que circulam por todas as áreas azuis. Ao longo de 2019, foram entregues algumas ampliações de vagas na Área Azul já existentes como Moinhos de Vento, Menino Deus e Centro Histórico e implementadas novas áreas em torno dos Shoppings Iguatemi e Praia de Belas.

- Observatório de Mobilidade (ObservaMOB):** Implantação em 2019, cujo conceito engloba um conjunto de soluções capazes de captar, processar e disseminar informações e conhecimentos para suporte à tomada de decisões. Nesse contexto, o chamado armazém de dados de mobilidade organiza um banco de dados disponível para desenvolvimento de indicadores e análises para compor um acervo de estudos, pesquisas e informações sobre a mobilidade urbana de Porto Alegre. Nesse banco de dados também se encontram os dados espaciais georreferenciados; dashboards com visualizações interativas; estudos analíticos; estudos técnicos para instalação e monitoramento de controladores eletrônicos de velocidade, bem como os dados de fluxo advindo dos controladores implantados na cidade; mapas; mini artigos; resultados de pesquisas de campo e de simulações de tráfego; relatórios emitidos periodicamente ou sob demanda. Para preencher lacunas de experimento e validação de novos dados bem como a consolidação da utilização de ferramentas de simulação de tráfego, foi criada uma equipe para simulação e estudos de tráfego. Por meio dessa equipe, por exemplo, foi possível extrair e validar dados advindos do programa Waze for Cities, do qual a EPTC passou a fazer parte em 2019. O programa oferece uma interface de visualização do tráfego em que é possível acompanhar os reports dos usuários sobre eventos nas vias em tempo real. As informações da plataforma são consolidadas em um banco de dados disponível para as análises que se façam necessárias no contexto do ObservaMOB. A ferramenta Waze for Cities também permite a inserção de informações de bloqueios de trânsito pela EPTC, permitindo maior confiabilidade e informação ao usuário dos aplicativos de mapas disponíveis.

- Mapa de fluidez:** Entrega à EPTC da primeira versão do mapa de fluidez da cidade, desenvolvido por engenheiros da empresa Didi-Chuning, proprietária da 99 POP e 99 Táxi. A plataforma permite a visualização em tempo real do movimento de veículos pelas vias da cidade, mostrando índices de congestionamento, formação de filas, velocidades médias e fornecendo subsídios para melhoria da programação semafórica. Uma implantação de otimização semafórica foi realizada em 2019 e novas deverão ocorrer futuramente. Esta entrega é o resultado de um chamamento público realizado pela EPTC buscando ferramentas inteligentes com uso de inteligência artificial para a melhoria do tráfego.

- Apoio e desenvolvimento de projetos do SEMOB:** Elaboração e contribuição para o desenvolvimento de projetos ligados a mobilidade urbana como estudos de integração metropolitana, desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana (PMU).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o objetivo de adequar a empresa e os processos de trabalho às novas disposições normativas e legais, a Governança da EPTC vem sendo aprimorada, a fim de adotar as melhores práticas de gestão.

Integram a estrutura de governança da empresa, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. Após revisão estatutária ocorrida em 2019, farão parte da estrutura o Comitê de Auditoria Estatutário; o Conselho de Administração; e o Comitê de Elegibilidade.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Sempre comprometida com o comportamento da moralidade administrativa, responsável e transparente, a EPTC continuará envidando esforços e realizando ações e projetos estratégicos, em alinhamento com as diretrizes do Governo Municipal, com o fim de desempenhar a sua missão com uma gestão responsável e racionalização das despesas de funcionamento.

Por fim, a EPTC prima pela excelência no serviço aos cidadãos, com responsabilidade corporativa e transparência na gestão.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p_secao=52 e eptctransparente.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 - (Em R\$ Mil)			
	Notas	2019	2018
RECEITA BRUTA		104.832	91.376
Prestação de Serviços	3.13	104.832	91.376
DEDUÇÕES		(3.911)	(3.390)
Impostos e Contribuições		(3.889)	(3.375)
Devoluções		(22)	(15)
RECEITA LIQUIDA		100.921	87.986
CUSTO DOS SERVIÇOS	3.14	(102.839)	(99.066)
LUCRO BRUTO		(1.918)	(11.080)
DESPESAS OPERACIONAIS		(43.663)	(29.768)
Despesas Gerais e Administrativas	3.15	(44.785)	(30.668)
Despesas Financeiras		(2.577)	(549)
Receitas Financeiras		613	600
Outras Receitas/Despesas Operacionais	3.16	3.086	849
RESULTADO OPERACIONAL		(45.581)	(40.848)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	3.17	(45.581)	(40.848)
Prejuízo por Ação - R\$ 1,00		(0,66)	(0,59)
As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.			

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A
CNPJ - 02.510.700/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
Método Indireto - (Em R\$ Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL E RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 - (Em R\$ Mil)

	2019	2018	Discriminação	Notas	Capital Social	Capital Social a integralizar	Prejuízos acumulados	PL total	Dem. Resultado abrangente
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Prejuízo do exercício	(45.581)	(40.848)	Saldos em 31/12/2017		654.506	(7.739)	(673.467)	(26.700)	(69.420)
Depreciações e amortizações	449	658	Aumento e integralização de capital social		40.000	(4.500)	35.500	35.500	
Créditos	(2.852)	(4.866)	Ajustes de exercício anterior				(34)	(34)	(34)
Estoques	(397)	150	Resultado do exercício				(40.848)	(40.848)	(40.848)
Fornecedores	(6.910)	401	Saldos em 31/12/2018		694.506	(12.239)	(678.849)	(32.082)	(40.882)
Outros credores de curto prazo	20.618	8.738	Aumento e integralização de capital social		34.200	4.500		38.700	
Credores de longo prazo	-	-	Ajustes de exercício anterior	3.12				258	258
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(34.673)	(35.767)	Resultado do exercício	3.17				(45.581)	(45.581)
			Saldos em 31/12/2019		728.706	(7.739)	(678.849)	(38.705)	(45.323)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Imobilizações brutas	(2.985)	(193)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(2.985)	(193)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Aumento do Capital	38.700	35.500
Ajustes de Exercícios Anteriores	258	(34)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	38.958	35.466

Aumento de Caixa e Equivalente	1.300	(494)
---------------------------------------	--------------	--------------

Saldo inicial de Caixa e Equivalente	186	680
Saldo final de Caixa e Equivalente	4.784	186

Varição Disponível	4.598	(494)
---------------------------	--------------	--------------

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado 2019 e 2018				
em R\$ mil	2019	% AV	2018	% AV
DESCRIÇÃO				
1-RECEITAS	108011		92261	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	104832		91376	
1.3) Outras Receitas	3179		885	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	-40071		-27798	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-40071		-27798	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	67940		64463	
4 – RETENÇÕES	-449		-659	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-449		-659	
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	67491		63804	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	613		601	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0		0	
6.2) Receitas financeiras	613		601	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	68104		64405	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-68104	100	-64405	100
8.1) Pessoal e encargos	-105736	155,26	-99807	154,97
8.2) Impostos, taxas e contribuições	-4007	5,88	-3513	5,45
8.3) Juros e aluguéis	-3942	5,79	-1933	3,00
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	45581	-66,93	40848	-63,42
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2019

Nota 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre/RS, que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, configurando-se como órgão de administração indireta do Governo Municipal, com autonomia administrativa e financeira. A descrição detalhada do contexto operacional é parte do Relatório da Administração.

Nota 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09), e aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, cuja qual é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa.

Nota 3: RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

a) ATIVO CIRCULANTE:

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte são demonstrados como circulantes, pelos seus valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: representam valores em caixa, e valores em contas correntes bancárias.

3.2 Créditos: São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável. São registrados como crédito os valores pagos através de depósito judicial, correspondentes à apuração do PIS/COFINS. A Empresa recolheu, no exercício de 2019, PIS/COFINS pelo regime cumulativo, e o mesmo está sendo realizado através de depósito judicial devido à concessão de liminar no processo 5092478-42.2014.4.04.7100, em que a Empresa pede o reconhecimento de que não realiza o fato gerador dos tributos. O valor acumulado em depósito judicial referente ao PIs e à COFINS em 31.12.2019 é de R\$ 16.767.338,13.

3.3 Estoques: Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, compreendendo uniformes, material de sinalização viária, peças de reposição e material de expediente, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio de aquisição.

• Demais Ativos Circulantes: Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

b) ATIVO NÃO-CIRCULANTE:

3.4 Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, às taxas descritas no quadro a seguir, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Móveis e Utensílios	10%	-R\$ 1.765.018,99	R\$ 1.003.884,76	R\$ 860.671,98
Instalações	10%	-R\$ 548.989,70	R\$ -	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	10%	-R\$ 2.856.641,16	R\$ 3.022.112,08	R\$ 640.512,18
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-R\$ 5.740.969,73	R\$ 190.062,81	R\$ 151.094,64
Veículos	20%	-R\$ 7.213.033,79	R\$ 54.547,15	R\$ 61.645,87
Benfeitorias	4%	-R\$ 355.948,16	R\$ 132.386,39	R\$ 151.919,75

c) PASSIVO CIRCULANTE:

São demonstradas as obrigações assumidas, acrescidas, quando aplicável, de atualização monetária, cabendo ressaltar as seguintes obrigações relevantes:

3.5 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. As compras foram realizadas dentro do processo de compras, respeitando a legislação vigente de Licitações (Lei 8.666/93).

3.6 Obrigações Fiscais: referem-se às obrigações tributárias, compreendidos os impostos e contribuições retidos de fornecedores (em virtude da substituição tributária), IRRF retido dos empregados, e contribuições deduzidas da receita bruta, bem como dos encargos tra-balhistas (FGTS e INSS).

3.7 Provisões Trabalhistas: as provisões para férias e 13º salário são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

3.8 Outras obrigações: nesse item estão registradas : Provisões para Contingências: As provisões para riscos cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do

Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa. Foi registrada, em Outras Obrigações, a provisão para perda com as ações cíveis, oriundas de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável, no valor total de R\$ 10.195.181,24; Parcelamento com Fornecedores no valor de R\$ 6.651.010,74; Parcelamento junto à Receita Federal no valor de R\$ 989.784,60; dentre outros.

3.9 Outras obrigações trabalhistas: nesse item estão registrados valores referentes à Folha de pagamento;

d) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

3.10 Nesse item está registrado o parcelamento com a Receita Federal no valor de R\$ 3.299.282,00.

e) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS, CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES:

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

f) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

3.11 Capital Social: O Capital Social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691(setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, cujo montante pertence majoritariamente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, minoritariamente, ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

3.12 Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/76, Art. 186, Parágrafo 1º.

g) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

3.17 Apuração do Resultado: O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da fiscalização de trânsito reconhecidas pelo pagamento da infração e repasse pelo Detran/RS à Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

3.14 Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos ligados à atividade fim da Empresa, despesas de manutenção, depreciação e amortização e serviços de terceiros ligados também à atividade finalística da Empresa.

3.15 Despesas Gerais e Administrativas: demonstram as despesas com folha de pagamento, encargos sociais e benefícios de toda a atividade meio, bem como, o gasto com materiais, serviços e demais despesas.

3.13 Receita de Serviços: É composta pelos ingressos oriundos das penalidades aplicadas às infrações de trânsito, do gerenciamento da Câmara de Compensação Tarifária – Transporte Público, dos Estacionamentos fixos e eventuais, e das gerências.

3.16 Outras Receitas e Despesas: Registrou, em 2019, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais, e outras receitas não operacionais, tais como doações recebidas.

*Informamos que o Relatório de Auditoria será disponibilizado no Portal da Transparência assim que concluído.

Fabio Berwanger Juliano Diretor Presidente CPF: 707.279.880-34	Paulo Roberto da Silva Ramires Diretor de Trânsito e Circulação CPF: 652.237.720-91	Marcelo Hansen Diretor de Transportes CPF: 000.414.920-30
Milene Fontanella Hartmann Diretora Administrativo-Financeira CPF: 973.981.360-72	Renate Fank Spohr Contadora - CRC/RS 064730 CPF: 588.750.930-91	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada nesta data, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado do exercício. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal entende que os demonstrativos refletem a situação patrimonial econômica e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, razão pela qual recomendamos a sua aprovação pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 11 de maio de 2020.

Leonardo Maranhão Busatto Conselheiro	Rodrigo Mata Tortoriello Conselheiro	Priscilla Agassis de Souza Machado Conselheira
--	---	---